

INFORMATIVO APUR

Nº 76 - Cruz das Almas (BA) - 19 de novembro de 2024 - www.apur.org.br



Em face do não cumprimento dos acordos estabelecidos durante a greve docente de 2024, a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) vem, através deste boletim informativo, externar insatisfação e preocupações acerca das condutas adotadas pelo governo federal, especialmente em desfavor à educação brasileira.

Desde a eleição do presidente Lula, em 2022, vimos a oportunidade de retomar o avanço em pautas sociais que ficaram estagnadas e/ou retrocederam por cerca de 6 (seis) anos. A expectativa, no entanto, não foi totalmente correspondida, visto que ainda não conseguimos superar a austeridade econômica vigente, que sufoca a educação pública e de qualidade. Por essa razão, aderimos à greve docente federal no mês de maio deste ano, a fim de pressionarmos o governo para que atendesse às nossas demandas.

A pressão do movimento paredista conseguiu fazer com que o Executivo, que teimava em apresentar soluções ínfimas para o problema, reajustasse, recompusesse e anunciasse investimentos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Embora a luta dos/as servidores/as tenha resultado num acordo celebrado entre as entidades sindicais, representando mais de 60 lfes de todo o País, e o governo federal, 6 (seis) meses após pouco avançamos.

Este boletim informativo é uma mensagem aos/às filiados/as de que permaneceremos em constante mobilização em prol das nossas conquistas e um aviso ao governo federal de que não aceitaremos o não cumprimento dos nossos justos direitos acordados. Não aceitaremos as políticas de contenção de gastos que são extremamente danosas à educação.

Quem sindicato nunca está só!



EDITORIAL

A efetivação do acordo de greve se arrasta e preocupa a categoria docente

A menos de sessenta dias para se findar o ano, os/as docentes do magistério superior federal convivem com a incerteza do reajuste salarial em 2025 e a concretização dos demais pontos do acordo firmado durante a greve deste ano.

A categoria docente, considerando as circunstâncias políticas, compromissada em reduzir possíveis consequências negativas do prolongamento do movimento paretista e com evidente disposição em se chegar numa solução negociada com o governo federal, decidiu por encerrar a greve mesmo sem o atendimento completo de sua pauta.

Nesse contexto, em 27 de junho o ANDES-SN e demais representações assinaram o Termo de Acordo em reunião com representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o qual incluía os reajustes nos salários (9% em janeiro de 2025; 3,5% em 2026) e as chamadas pautas sem impacto financeiro.

Desde então, tivemos apenas a revogação da portaria 983/2020, que regulamenta as atividades docentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e o encaminhamento para a casa civil de documento para a revogação da obrigatoriedade de registro de ponto de docentes do Ensino Básico, Técnicos e Tecnológico (EBTT).

Após a intensificação das cobranças, o MGI realizou no último dia 23 de outubro reunião de instalação de Grupo de Trabalho (GT) com representantes do ANDES-SN e demais entidades do setor da Educação, para tratar das pautas que ficaram pendentes na greve.

Nessa oportunidade, o representante do governo informou que deverá ser encaminhado, até novembro, ao Congresso Nacional o Projeto de Lei com os reajustes salariais e reorganização de carreiras dos mais de 40 acordos firmados entre o Executivo Federal e as diversas categorias do serviço público.

A morosidade em cumprir o acordo preocupa e traz insatisfações à categoria, principalmente nas pautas que não envolvem recursos e dependem somente de ações administrativas por parte do governo federal. O reajuste salarial está em risco, pois exige votação no congresso nacional, o mais conservador da nossa história. Ainda, é preciso destacar que ao efetuar bloqueios e cortes nos orçamentos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) o governo federal descumpra a promessa de investir e ampliar o orçamento dessas instituições. Soma-se a isso a manutenção no Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que coloca em risco os pisos constitucionais da saúde e da educação e limita os investimentos nos serviços públicos.

O governo federal precisa agir na efetivação do acordo de greve, a reversão imediata dos bloqueios, seguida da suplementação dos orçamentos das IFES, além da revogação do NAF.

A conjuntura nos impõe concluir o ano assim como iniciamos 2024, EM LUTA! Por essas razões, é imprescindível nos mobilizarmos para manter a pressão junto ao governo e ao congresso federal, visando garantir nossos direitos e defender a universidade pública. A diretoria da APUR estará engajada nessa tarefa e convoca toda a sua categoria. Só a luta muda a vida!



RETROSPECTIVA 2024



Expectativas para 2025



É preciso que em 2025 continuemos mobilizados coletivamente. Uma vez que pautas importantes entrarão no radar do congresso nacional. Além disso, estaremos ativamente cobrando a conclusão dos acordos de greve.

Se até o momento conseguimos vitórias parciais como a dispensa do ponto eletrônico para os/as professores/as da EBTT, a primeira parcela do reajuste salarial para 2025, a recomposição de parte do orçamento das Ifes e a destinação de parte do dinheiro público para o Projeto de Aceleração do Crescimento II das universidades, ainda há muito a ser conquistado.

O novo ano iniciará com a possibilidade de votação de uma nova legislação que substitua o Decreto-Lei nº 200/1967, que dispõe sobre a organização da administração federal, ou seja a Reforma Administrativa. O intuito do governo é adequar a legislação vigente à Constituição Federal. No momento, há um Grupo de Trabalho que tem a responsabilidade de apresentar uma proposta de revisão até abril de 2025. Ficaremos atentos para que propostas utilitaristas, tecnicistas e de sucateamento não prossigam.

Além disso, espera-se que o governo federal, com aval do congresso, continue a política de contingenciamento para satisfazer os dispositivos de contenção de gastos. Com isso, a situação atual caótica das Ifes deverá piorar nos próximos meses com o bloqueio de bilhões de reais.



EXPEDIENTE

PRESIDENTE: José Arlen Beltrão de Matos
VICE-PRESIDENTA: Leila de Lourdes Longo
SECRETÁRIO: Jorge Luiz Cunha Cardoso Filho
SUPLENTE DE SECRETÁRIO: Maíra Lopes dos Reis
TESOUREIRO: Givanildo Bezerra de Oliveira

SUPLENTE DE TESOUREIRO: Talita Lopes Honorato
DIRETORA EXECUTIVA: Juliano Pereira Campos
SUPLENTE DE DIRETORA EXECUTIVA: Emmanuelle Felix dos Santos
ASSESSORIA SINDICAL: Leonardo Gonçalves
DIAGRAMAÇÃO: Lorena Almeida